



DECRETO N. 1.092/2020 DE 29 DE MAIO DE 2020

**PRORROGA O ESTADO DE CALAMIDADE DE SAÚDE PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE IPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

VALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporanga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da Federal;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva, conforme o artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Iporanga, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do "coronavírus" responsável pelo surto de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COEnCoV);

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3656-9830 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 - Centro - CEP 18330-000 - Iporenga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 - Inscr. Estadual Isenta
www.iporanga.sp.gov.br



CONSIDERANDO as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, Nacional, Estadual e Municipal, decorrente do "coronavírus";

DECRETA:

Art. 1º – Fica prorrogada a situação de calamidade em saúde pública, no município de Iporenga, para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), de importância internacional, até o dia 15 de junho de 2020.

Art. 2º – A execução de velórios não poderá exceder ao tempo limite de 05 horas.

Parágrafo Único: estão excetuados os velórios que se iniciarem no dia anterior ao do sepultamento, no período noturno, devendo o sepultamento ocorrer impreterivelmente até as 10 horas.

Art. 3º – Fica revogado do Artigo 7º da II, do Decreto 1084/2020.

Art. 4º – As atividades religiosas, efetuadas em templos de confissões, poderão ser realizadas no Município de Iporenga, porém, deverão observar a lotação máxima de 30% da capacidade do público do local destinado à reunião, desde que não ultrapasse o número de 1,5 metro entre as pessoas, não excedendo ao limite de 30 pessoas no mesmo ambiente.

Parágrafo Primeiro: Fica vedada a participação de pessoas idosas, imunodeprimidas, com comorbidades e crianças até 10 anos.

Parágrafo Segundo: As Igrejas deverão fornecer álcool gel e máscaras para aqueles que não tiverem, devendo fiscalizar o uso destes itens enquanto estiverem no período de atividades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3656-9830 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 - Centro - CEP 18330-000 - Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 - Inscr. Estadual Isenta
www.iporanga.sp.gov.br



Parágrafo Terceiro: As Igrejas deverão dispor de álcool gel na entrada de seus templos, assim como também dentro de suas instalações.

Parágrafo Quarto: As Igrejas deverão conscientizar e aplicar ações de distanciamento e conscientizar sobre a necessidade de não praticar nenhum ato de culto que requeira o contato físico.

Parágrafo Quinto: As atividades deverão obedecer aos seguintes critérios:

I – Não poderão exceder ao tempo máximo de 1 hora por celebração;

II – Poderão as igrejas efetuar duas celebrações por dois períodos, com a alternância do público participante e excetuados os auxiliares da prática litúrgica;

III – Se a quantidade de pessoas do público for menor do que a quantidade de auxiliares da prática litúrgica, as atividades estão condicionadas apenas a uma celebração por período.

Art. 5º – A inobservância destas determinações impostas no presente decreto implicará na aplicação das penalidades previstas no Art. 10 do Decreto 1084/2020, devendo inclusive as autoridades sanitárias efetuar a lacração dos prédios em caso de inobservância.

Art. 6º – Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Gabinete de gestor criado por este decreto.

Art. 7º – Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se parcialmente os efeitos do Decreto 1084/2020.

Iporanga, 29 de maio de 2020

VALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal